

S
UFRJ/IEI
TD134

043992-4

e Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 134

O CUSTEIO DA POLÍTICA SOCIAL
AO NÍVEL REGIONAL: SUBSÍDIOS
PARA UMA ESTRATÉGIA DE DES-
CENTRALIZAÇÃO

André Cezar Medici

Dezembro/1987



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

O CUSTEIO DA POLÍTICA SOCIAL AO NÍVEL REGIONAL: SUBSÍDIOS
PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZAÇÃO

André Cezar Medici*

Dezembro/1987



43 - 016304

(*) Economista, pesquisador do IEI/UFRJ e da ENSP/Fiocruz; professor do Departamento de Sociologia e Política da FUC/RJ.

FEA-UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 5 / 7 / 88

N.º Registro:

043552-4
u398352

S
UFRJ/IEI
ID 734

FICHA CATALOGRÁFICA

Medici, André Cezar

O custeio da política social ao nível regional: subsídios para uma estratégia de descentralização / André Cezar Medici.

--Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1987.

49 p.; 21 cm. - (IEI/UFRJ.Texto para Discussão, 134).

Anexo A: "Gastos consolidados estaduais e municipais; Anexo Estatístico B: "Estados e municípios administração centralizada e descentralizada; Anexo C: "Gastos setoriais com programas sociais dos estados e municípios.

1. Política Social - Brasil. 2. Administração Municipal - Brasil. 3. Previdência Social - Brasil. I. Título. II. Série.

1 - INTRODUÇÃO

O Objetivo deste trabalho é descrever, sucintamente, a estrutura e o comportamento, nas fases recessivas, do custeio da política social nos Estados e Municípios, tendo em vista subsidiar uma estratégia de descentralização das ações de política social no Brasil, através da criação de formas alternativas de financiamento das administrações locais para esse fim.

É publicamente conhecido que nos últimos vinte anos ocorreu forte processo de centralização das ações do Estado nas mãos do Governo Federal. Tal processo foi resultante de uma série de reformas (administrativa, tributária, financeira, previdenciária, etc.) que trouxeram maior poder decisório e executivo, bem como maiores recursos financeiros para a União, em detrimento dos Estados e Municípios. Como consequência, desde 1967 que tais instâncias descentralizadas sofrem um progressivo esvaziamento de sua capacidade executiva e decisória o que muitas vezes coloca as necessidades de financiamento das ações dos Governos Estaduais e Municipais nas mãos do clientelismo ou favoritismo político de um ou mais "caciques" do poder federal.

Em termos gerais, o esvaziamento das receitas e da capacidade de arrecadação dos Estados e Municípios traz efeitos diretos na redução dos gastos sociais. Em primeira instância, porque a administração descentralizada, por ser mais diretamente pressionada pela sociedade civil organizada e pelos usuários de bens e serviços públicos, tende a comprometer mais recursos que o governo federal na administração da política social. Em segunda instância, dado que a própria comunidade tem condições de fiscalizar os recursos aplicados, ela é capaz de sentir os efeitos da redução dos gastos sociais diretamente no nível de serviços ofere-

recidos, o que não acontece no poder federal, onde os recursos aplicados são muito mais diluídos e a fiscalização e a cobrança são praticamente inacessíveis à população local.

Por outro lado, alguns programas de investimento e custeio público, inclusive na área social, tem deseconomias de escala quando são operados ao nível local. É o caso dos programas de educação de nível superior e pós-graduação; que são frutos de decisões de alocação mais ampla de recursos em função de uma divisão regional do trabalho; dos programas de benefícios da previdência social pública, que tem por princípio a isonomia dos beneficiários ao nível nacional e outros mais. Sendo assim, as decisões quanto a centralizar/descentralizar programas sociais são fruto de análises detalhadas do alcance, vantagens e organização de cada uma destas formas de política em relação a capacidade resolutive de cada esfera administrativa do poder público.

Este trabalho contém três partes. Na primeira serão descritos os conceitos relacionados aos gastos sociais utilizados, seus limites e pontencialidades, bem como detalhadas as fontes de dados e a metodologia de cálculo e estimação das tabelas que se encontram em anexo. Na segunda será analisada a estrutura e a dinâmica dos gastos sociais dos Estados e Municípios, a partir das fontes de recursos existentes das transferências federais e da análise interna dos componentes do gasto. Na terceira parte será analisada, de forma setorial, a composição dos gastos sociais destas esferas.

A essência do trabalho consiste na análise das tabelas que constam em anexo. Certamente que o prazo de 20 dias fornecido pelo Banco Mundial para este trabalho, foi insuficiente para um maior detalhamento e exploração do material existente.

Sendo assim deve-se sempre considerar o caráter preliminar das informações e interpretações aqui apresentadas.

2 - COMPONENTES DO GASTO SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Uma das dificuldades de se trabalhar com políticas sociais diz respeito, em primeira instância, a definição do conceito. Quais as ações estatais que, pelo ângulo de despesa, podem ou devem ser definidas como políticas sociais? Teoricamente, ações de apoio ao pequeno e médio produtor rural, incentivos aos micro-empresários, eletrificação rural, construção de açudes, barragens, etc., trazem benefícios sociais, além de constituírem gastos (custeio ou investimento) governamentais em infra-estrutura econômica. Assim, a primeira dificuldade é dada pelo fato que qualquer política pública, quando bem administrada, traz efeitos sociais positivos, pois a atividade do Estado deve redundar sempre em benefício aos cidadãos, em termos teóricos.

No entanto, nos últimos anos, as chamadas políticas sociais tem sido definidas em função da capacidade do Estado em prover direitos sociais mínimos ligados à Educação, Saúde, Alimentação, Saneamento, Habitação, Trabalho, Previdência, Assistência e Bem Estar Social. No Brasil, nem sempre as classificações funcionais, programáticas ou contábeis do gasto público permitem uma desagregação das informações que atenda integralmente ou adequadamente a estes setores. A situação torna-se ainda mais complicada, pelo fato de que o poder público no Brasil (Federal, Estadual e Municipal) é constituído por uma série de formas jurídico-institucionais onde, nem sempre uma mesma classificação da despesa é encontrada homogeneamente.

Do ponto de vista jurídico-institucional, a administração pública no Brasil é constituída pelos órgãos da administração direta ou centralizada (Ministérios, no caso da União e Secretarias Estaduais e Municipais, no caso das instâncias descentralizadas), pelos órgãos da administração indireta ou descentralizada (Autarquias e Fundações) e pelas Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, as quais existem em todos os níveis da administração pública. No caso destas últimas, a classificação contábil empresarial substitui a classificação funcional-programática, o que impede uma melhor visualização dos programas ou despesas em política social.

2.1 - A ABRANGÊNCIA DOS GASTOS SOCIAIS

Em função destes problemas, optou-se por uma divisão do gasto social que fosse compatível com a natureza das informações secundárias existentes. Essa classificação envolve os seguintes programas:

a) Educação, que compreende os sub-programas administração; ensino de primeiro grau; ensino de 2º grau; ensino supletivo; ensino superior; assistência nos educandos; ensino especial. Dada a natureza dos gastos em educação, foram incluídos, também, os sub-programas Formação de Recursos Humanos para a Pesquisa (Pós-Graduação) e Formação de Recursos Humanos para a Pesquisa (Graduação e Médio) que, embora classificados no programa "Ciência e Tecnologia", são gastos típicos de Educação;

b) Cultura e Desportos, que compreende os sub-programas Administração; Cultura; Desportos e Recreação;

c) Habitação e Urbanismo, que compreende os sub-programas Administração; Habitação; urbanização; iluminação pública e

vias urbanas. Julgou-se pertinente condiserar urbanização, iluminação pública e vias urbanas como atividades sociais dado que elas estão estritamente ligadas ao conceito de "qualidade de vida", o qual deve ser incorporado sempre que o objeto de discussão seja "políticas sociais";

d) Saúde, que compreende os sub-programas Administração; Assistência Sanitária Geral, Assistência Hospitalar Geral; e Nutrição e Alimentação. Foi incluído, também, o sub-programa "Execução de Estudos e Pesquisas na área de Ciências Biológicas e da Saúde" que, a rigor, está alocado no programa "Ciência e Tecnologia";

e) Saneamento e Proteção ao Meio-Ambiente, que compreende os sub-programas "Administração; Proteção ao Meio-Ambiente; Saneamento Básico; e Saneamento Geral;

f) Trabalho, Assistência e Previdência, que compreende os sub-programas "Administração, Assistência Social, Trabalho, Previdência Social e Assistência aos Silvícolas. O sub-programa Previdência Social, além de sua grande magnitude (25,0% dos gastos sociais consolidados dos Estados e Municípios em 1984) é constituído basicamente pelo pagamento de aposentadoria e benefícios aos funcionários públicos dos Estados e Municípios, detendo portando um caráter muito restrito em face do alcance social dos demais sub-programas;

g) Transporte Urbano, que corresponde a um sub-programa de "Transportes".

2.2 - A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Para efeitos analíticos, a despesa de cada programa ou

sub programa esta dividida em quatro grandes blocos:

a) CONSUMO, que corresponde ao conjunto de despesas composto pelos gastos com pessoal e compra de mercadorias e serviços. Os gastos em pessoal são compostos pela soma das despesas com remuneração na forma de salários, ordenados, gratificações, serviços extraordinários, representações, auxílios e salário-família. Os pagamentos com pessoal remunerado por recibo que prestam serviços em tempo integral, com estagiários e com vestuário e uniformes de militares também foram incluídos. Foram considerados, ainda, os gastos com obrigações patronais, como contribuições à previdência, FGTS, etc.

As compras de mercadorias e serviços também foram consideradas como gasto de consumo, incluídos aí a compra de bens duráveis adquiridos para fins militares (armamentos).

b) FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, que representa as despesas com construções e compra de equipamentos e materiais de longa duração. As despesas com construções representam o valor das edificações e outras obras e instalações que venham a ser incorporadas no patrimônio público. As despesas com material e equipamentos permanentes são aquelas efetuadas com aquisição de bens novos ou importados que constituam meios para auxiliar a produção de outros bens ou serviços. Excluem-se os equipamentos e materiais para fins militares;

c) TRANSFERÊNCIAS, que são despesas realizadas pelos órgãos públicos e que podem ser classificadas de acordo com os seus fins. Incluem os seguintes itens:

Dívida Pública, que são pagamentos de juros e amortizações de empréstimos obtidos junto ao sistema financeiro externo e interno, acrescidos pelos reajustes cambiais das moedas externas e correção monetária; Transferências para Unidades Familiares,

que são aquelas decorrentes do sistema previdenciário, tais como o pagamento de inativos, pensionistas, auxílios diversos, bolsas concedidas diretamente, subvenções sociais, etc; Transferências Intra-Governamentais e Inter-Governamentais, que são as despesas realizadas entre as administrações centrais e descentralizadas de um mesmo governo e aquelas despesas constituídas pelos fluxos financeiros entre os diferentes níveis de Governo.

Para efeitos deste trabalho, as transferências intra-governamentais e inter-governamentais foram expurgadas dos quadros e tabelas consolidadas, tendo em vista evitar as duplicações dos recursos que aparecem simultaneamente na administração centralizada e descentralizada, bem como os recursos que são repassados dos Estados e dos Municípios para outros Estados e Municípios. Não foi possível eliminar as transferências do Governo Federal para as administrações estaduais e municipais, o que vem a trazer problemas como a dupla contagem eventualmente existente entre o consolidado dos Estados e Municípios (tabela 7 do Anexo A) e o consolidado Federal.

As transferências são ainda compostas por subsídios, que representam repasses de recursos realizados pelo Setor Público com o objetivo de cobrir ou reduzir deficits operacionais de empresas de interesse político ou econômico do governo; por transferências ao exterior considerando os repasses do governo a entidades internacionais, decorrentes de auxílios, doações ou acordos internacionais e por transferências para entidades sem fins lucrativos e por outras transferências ou transferências diversas.

d) TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS, que incluem a compra de terrenos para diversos fins; concessões de empréstimos, como dos institutos estaduais de previdência aos seus segurados e ou

tras inversões financeiras, tais como aquisições de ações e depósitos para a formação de fundos rotativos de aquisição de materiais.

2.3 - NÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PESQUISADOS

Os dados relativos a 1979 e 1984 são completos no que diz respeito à análise dos gastos estaduais da administração direta (centralizada) e indireta (descentralizada). Não foi possível desagregar o gasto das empresas públicas ou de economia mista dos estados pelo fato da despesa não estar classificada de forma funcional-programática. No entanto, pela lista de empresas pesquisadas, a maioria delas no setor social esta inserida nas áreas de saneamento básico (águas e esgotos) e habitação popular (COHAB's), as quais são passíveis de serem pesquisadas no Departamento de Pesquisas Habitacionais da CEF (ex-BNH). Os Estados mais complexos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, apresentam empresas em outras áreas, como a produção de vacinas, fármacos, imunobiológicos; transportes urbanos, urbanismo e meio-ambiente, etc. De qualquer forma, somente um acesso as informações diretamente através das fitas magnéticas do IBGE, poderá trazer elementos para uma análise desagregada das despesas da atividade empresarial dos governos estaduais e municipais.

Com relação a despesa municipal, somente foi possível obter a informação de 1984, dado que a de 1979 não era compatível a totalidade dos municípios atualmente pesquisados. A série de 1980 a 1984, no entanto, é totalmente compatível e envolve todos os municípios das capitais estaduais e os municípios das nove regiões metropolitanas brasileiras.

No entanto, não estão incluídos todos os municípios do

interior que, segundo técnicos do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, respondem por 54% do total da despesa realizada pelos governos municipais.

Com base nesse fato, o procedimento utilizado neste trabalho foi manter a mesma proporção de 54% para os gastos sociais dos municípios não pesquisados e estimar a despesa total com políticas sociais dos municípios (administração direta + administração indireta) pela soma do valor encontrado com o valor estimado para os municípios não pesquisados. Essa hipótese pode não ser verdadeira, dado que, quanto menor o município, maior o comprometimento relativo de seus gastos com administração e programas sociais.

Da mesma forma, não foi possível conhecer os gastos sociais da atividade empresarial pública dos municípios, embora isso seja possível a partir de tabulações especiais do Banco de Dados do IBGE.

Em suma, os dados relativos a gastos sociais dos Estados e Municípios constantes neste trabalho referem-se apenas a administração direta e indireta. O último dado disponível da série é para 1984, constituindo-se, ainda, em tabulações preliminares. Para os anos de 1985 e 1986, estimou-se uma taxa de crescimento dos gastos sociais equivalente ao crescimento do PIB, chegando-se a seguinte distribuição dos gastos sociais naqueles três anos (tabela 1). Observa-se que os programas de "Educação" e "Trabalho, Assistência e Previdência" (os dois maiores em termos de comprometimento do recurso) absorvem cerca de 61% das despesas sociais dos Estados e Municípios. Seguem-se os programas de "Habitação e Urbanismo" e "Saúde". Por fim, vem os três programas de menor volume de gastos; "Saneamento e Meio-Ambiente"; "Cultura e

Desportos" e transportes urbanos.

TABELA 1
ESTIMATIVA DO GASTO ESTADUAL E MUNICI
PAL COM PROGRAMAS SOCIAIS. BRASIL 1984-1986
(EM US\$ MILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	ANOS DE REFERÊNCIA					
	1 9 8 4				1985 (3)	1986 (3)
	ESTADOS	MUNICÍPIOS (1)	MUNICÍPIOS (2)	TOTAL		
TOTAL	7471,7	7986,3	9005,8	24463,8	26482,4	27955,2
- Educação	2611,8	2335,3	2633,4	7579,7	8205,1	8661,6
- Cultura e Desportos	118,6	203,9	229,9	552,4	598,0	631,3
- Habit. e Urbaní.	243,4	3362,5	3791,8	7397,7	8008,1	8453,6
- Saúde	907,1	493,2	556,2	1956,5	2117,9	2235,7
- Saneamento e Meio-Am biente	332,6	34,4	38,8	405,8	439,3	463,7
- Trabalho, Previd. e Assist.	3106,7	1388,1	1565,3	6060,1	6560,0	6925,0
- Transp. Urbanos	151,5	169,0	190,6	511,1	553,3	584,1

FONTE: IBGE/DEASP.

- (1) Municípios pesquisados: Capitais Estaduais e Regiões Metropolitanas
(2) Estimativa para os demais municípios
(3) Estimativa pela taxa de crescimento do PIB

2.4 - FONTE DE DADOS

As principais fontes de dados utilizadas foram as estatísticas do setor público coletadas pelo antigo Departamento de Estatísticas de Acompanhamento do Setor Público (DEASP/IBGE).

Este Departamento do IBGE coletava estatísticas relativas a receita e despesa das administrações estaduais e municipais. Recentemente o DEASP foi incorporado ao Departamento de Contas Nacionais do IBGE.

Os dados publicados não permitem um nível de desagregação suficiente para que sejam trabalhadas informações específicas sobre o comportamento das transferências federais, o que faz com que os dados relativos à receita possam estar com algum nível de dupla contagem com os existentes ao nível federal.

As informações existentes no Banco de Dados do IBGE sobre o tema necessitam ser melhor trabalhadas, pois é através delas que será possível montar uma conta consolidada da administração descentralizada (Estados e Municípios). Recentemente o IBGE está coletando informações relativas aos gastos dos demais municípios, por função.

3. A DINÂMICA DOS GASTOS REGIONAIS EM POLÍTICA SOCIAL

3.1 - AS FONTES DE RECURSOS

O financiamento da administração dos Estados e Municípios pode ser dividido em três grandes grupos: as receitas próprias, concentradas na arrecadação de tributos de competência própria; as receitas transferidas às distintas esferas de governo, seja da administração direta, seja da administração indireta; e

e as operações de crédito. (1)

As transferências, por corresponderem a maior parcela, dos recursos que a maioria dos Estados e Municípios contam para a realização de seus gastos, constituem a fonte mais importante. Podem ser divididas em dois tipos de receita. As receitas partilhadas ou transferências constitucionais e as receitas de auxílios e contribuições, também chamadas transferências não-regulares ou negociadas.

Para entender a dinâmica dos gastos sociais das administrações estaduais e municipais é necessário compreender a evolução da participação das transferências partilhadas no total da arrecadação tributária da União. Entre 1969 e 1983, as receitas transferidas aos Estados e Municípios nunca chegaram a 20% da arrecadação total da União. O ano de maior participação foi o de 1968 (17,9%) e o de mais baixa, 1970 (10%). A participação destas esferas nas receitas exclusivamente tributárias tem sido um pouco maior, embora, igualmente, nunca tenha chegado aos 20%. Portanto, as transferências partilhadas para as esferas administrativas descentralizadas tem sido irrisórias quando comparadas aos recursos arrecadados na esfera federal.

O orçamento fiscal, no entanto, não é a única fonte de receita tributária. A outra parte são as transferências negociadas. Grande parte das políticas sociais no Brasil tem sido financiadas com base no recolhimento de diversos fundos criados nos últimos vinte anos. Tais fundos não só garantiram larga autonomia aos programas sociais do Governo, como também incentivaram práticos

(1) AFONSO, J.R. Rodrigues, "Fontes de Financiamento dos Governos Estaduais e Municipais no Brasil", Relatório Apresentado a Comissão de Reforma Tributária da SEPLAN, mimeo., 1985.

cas clientelísticas e de favoritismo político em diversas instâncias institucionais, inclusive nos Estados e Municípios. Alguns desses fundos operam programas de repasse de recursos a estas esferas, como é o caso do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, do Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL e dos recursos do SINPAS (neste último caso, os programas AIS já mencionados). As transferências de recursos a partir destes fundos, tem sido feitas assistematicamente, não buscando critérios de equidade na partilha dos recursos. Nos últimos vinte anos, apenas os municípios que tinham alguma capacidade técnica ou política de barganha conseguiram assegurar maiores fatias desses recursos. Em geral eram estes os mais ricos e os mais bem localizados em relação aos demais.

Os recursos estaduais e municipais ainda são compostos por impostos e taxas de exclusiva competência dessas entidades, no que tange ao recolhimento e destinação orçamentária. É o caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), arrecadado pelos Estados e distribuído parcialmente aos Municípios, e do Imposto sobre Serviços e sobre a Propriedade Territorial ou Predial Urbana (ISS e IPTU) de competência municipal. A arrecadação e distribuição destes impostos também tende a privilegiar os Estados e Municípios mais ricos; justamente aqueles que detêm maior movimento comercial e de serviços, ou aqueles onde a renda do solo urbano é mais elevada.

As transferências da União, através dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), bem como as receitas tributárias partilhadas da União constituem a principal fonte de receita da maioria dos Estados e Municípios brasileiros, especialmente aqueles de maior carência no campo das políticas sociais. Em 1983, enquanto estados como o Acre detinham 87,8% de

suas receitas derivadas destas transferências, outros como São Paulo detinham 7,5% de seus recursos oriundos de contribuições federais.

Portanto, é justamente nos Estados e Municípios mais pobres que a dependência das transferências federais é maior. A redução do volume de transferências nestes primeiros anos da década de oitenta tem aprofundado as dificuldades de criar e operar programas sociais, ao nível local. As limitações encontradas, pelo lado da receita, fazem com que as despesas sociais per-capita dos Estados e Municípios sejam muito desiguais. As localidades mais ricas conseguem implementar programas e manter suas redes de assistência médica, enquanto as mais pobres não podem sequer mantê-las auto-sustentadamente.

A análise da estrutura das transferências aos estados e municípios mostra que tem ocorrido uma perda significativa da importância das receitas partilhadas. Estas passam de 74,5% para 65,5% do total das transferências entre 1976 e 1983. Obviamente, as receitas de auxílios e contribuições aumentam de 25,5% para 34,5%, no mesmo período.

Apesar de sua inconstância e mutabilidade, os auxílios e contribuições (ou transferências negociadas) vem aumentando constantemente sua participação relativa nos recursos partilhados dos Estados e Municípios. Destacam-se, dentre estes recursos, o FINSOCIAL, aplicado em diversos programas sociais dos Estados e Municípios, os investimentos públicos em transportes, a partir de recursos repassados pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a cota-parte estadual do salário-educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outras mais.

A partir do momento em que são repassadas é muito difícil,

com os dados existentes, fazer uma análise da distribuição destas transferências negociadas entre os distintos programas sociais. Isto exigiria um tempo maior de análise, tendo em vista montar um sistema de monitoramento do gasto social nos Estados e Municípios.

3.2 - O ESVAZIAMENTO DOS GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A consequência mais visível da redução das transferências partilhadas na massa de recursos repassados aos Estados e Municípios tem sido a redução dos programas sociais gerenciados pela administração direta (ou centralizada) e o aumento dos recursos para programas a cargo da administração descentralizada. Isto ocorre particularmente nos Estados, dado que nos municípios a participação da administração descentralizada é muito pequena, como pode ser visto na tabela 5 do Anexo B. Observa-se que o programa "saúde", onde o gasto descentralizado é o maior de todos os programas municipais, não chegava a absorver 6% do gasto total dos municípios, em programas sociais.

Já nos Estados, a participação da administração descentralizada no gasto social global aumenta de 37,85% para 40,80% entre 1979 e 1984 (tabela 2.1 do Anexo B) indicando forte concentração de recursos na administração indireta no período. Os programas "Trabalho, Assistência e Previdência" e "Cultura e Desportos" são os que detêm maior participação da administração indireta no custeio (67,6% e 44%, respectivamente). Seguem-se "Habitação e Urbanismo", "Saúde" e "Saneamento e Meio-Ambiente"; todos com participação equivalente à 40%, em 1984.

A existência de programas operados por órgãos da administração

nistração indireta, antes supostamente necessária em função da maior agilidade e da possibilidade de contratar melhores técnicos e pagar melhores salários, administrar fundos financeiros como forma de defender os recursos da erosão monetária, etc., constitui hoje em dia uma forma de duplicar esforços e promover até mesmo uma certa descoordenação em atividades sociais que poderiam ser melhor equacionadas sob um comando único em cada setor ou um orçamento social integrado.

3.3 - OS EFEITOS DA CRISE NA DINÂMICA DOS GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

As políticas sociais são reconhecidas, entre outras características, pelo seu caráter compensatório. Isto significa que, nas épocas de crise, elas deveriam sustentar uma política de gastos para evitar que a deterioração dos níveis de emprego e renda da população venham criar efeitos deletérios sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

Ao observar os dados de despesa com programas sociais dos Estados entre 1979 e 1984; período no qual a economia brasileira atravessou uma de suas mais profundas crises econômicas, vê-se que o gasto social dos Estados aumenta de 47% para 49,3% do total das despesas consolidadas dos Estados o que reafirma, em parte o papel compensatório das políticas sociais (tabela 1 do Anexo A).

Isto seria positivo se, no período em questão, não houvesse uma brusca queda no patamar absoluto de gastos sociais. Pela tabela 3 do Anexo A pode-se observar que o gasto social consolidado dos Estados decresceu a uma taxa de 0,8% ao ano entre 1979 e 1984. Os programas que apresentaram as maiores quedas foram "Sa-

neamento e Meio-Ambiente" (-9,0% ao ano); "Habitação e Urbanismo" (-6,4% ao ano); "Cultura e Desportos" (-5,9% ao ano) e "Educação" (-4,6% ao ano). Apenas dois programas apresentaram crescimento; o de "Trabalho, Previdência e Assistência", basicamente em função do aumento dos gastos com benefícios dos funcionários públicos estaduais e municipais (5,1% ao ano) e o de "Transportes Urbanos", que detinha participação irrisória no montante de gastos estaduais.

Esta queda absoluta de US\$ 7,8 para US\$ 7,5 bilhões nas despesas com programas desta natureza mostra a dificuldade de financiar políticas sociais com a atual base de sustentação financeira das despesas estaduais.

3.4 - A ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 1984

Se somados, os gastos consolidados com programas sociais dos Estados e Municípios (2) correspondiam, em 1984, a 54,7% dos gastos consolidados totais destas duas esferas de Governo. Isto ocorre porque, no caso dos Municípios, o componente social da despesa é maior do que o verificado nas administrações estaduais (60,9% contra 49,3%, naquele mesmo ano, respectivamente).

Os Municípios costumam gastar mais com políticas sociais onde a questão do espaço físico é determinante. Sendo assim, 93,2% dos gastos com o programa "Habitação e Urbanismo", no conjunto de despesa com programas sociais das duas esferas administrativas é feita nos municípios, o mesmo ocorrendo com o Programa

(2) No caso dos Municípios, somente os das capitais estaduais e regiões Metropolitanas.

"Transportes Urbanos" (52,7%).

Já os Estados tem seus gastos sociais voltados para programas de subvenção ao indivíduo. É dessa forma que programas como Educação (52,8%); Saúde (64,8%) e Trabalho, Assistência e Previdência (69,1%) tem a maioria de seus recursos sendo gastos ao nível estadual (ver tabela 8 do Anexo A). Tais relações, no entanto, se transformam se forem adicionados os outros municípios não incluídos nos dados analisados.

Observando a tabela 3 do Anexo B, pode-se notar que os Estados gastam prioritariamente com os programas de "Educação", "Trabalho, Assistência e Previdência" e "Saúde", os quais absorvem 35,6%, 38,2% e 13,5% dos gastos sociais globais daquela esfera. Já nos municípios, a prioridade era dada ao programa Habitação e Urbanismo, que absorvia quase 43% dos recursos sociais gastos nas municipalidades.

3.5 - OS GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

A maior parcela dos gastos sociais é composta pelas chamadas despesas de consumo, as quais correspondem ao pagamento de pessoal e pagamento pela compra de bens e serviços. Nas épocas de crise, a parcela relativa ao consumo aumenta ainda mais, em função da necessidade de cortar investimentos para prover um maior nível de oferta de serviços sociais, seja pelo pagamento de benefícios, seja pela maior utilização da capacidade instalada ou pela destinação de recursos para a compra de bens e serviços ofertados pelo setor privado. Assim, entre 1979 e 1984, as despesas de consumo nos Estados aumentam de 58,9% para 64,8% do total dos gastos sociais.

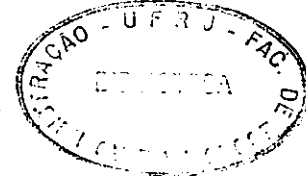


TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS POR PROGRAMA SOCIAL SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

BRASIL - 1984

PROGRAMAS SOCIAIS	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA				
	TOTAL	CONSUMO	FORM.BRUTA DE CAP.FIXO	TRANSF	TERRENOS E ATIVOS FINANC.
TOTAL	100,00	61,7	15,3	20,3	2,7
1) EDUCAÇÃO	100,00	94,5	4,8	0,6	0,1
2) CULTURA E DESPORTOS	100,00	78,3	13,6	7,6	0,5
3) HABIT.E URBANISMO	100,00	47,8	49,2	0,7	2,3
4) SAÚDE	100,00	92,7	6,5	1,3	0,5
5) SAN.E MEIO-AMBIENTE	100,00	10,2	21,1	8,0	60,7
6) TRAB.ASSIST.PREV.	100,00	32,8	2,6	62,5	2,1
7) TRANSP. URBANOS	100,00	25,2	2,1	32,5	40,2

FONTE: IBGE/DEASP (tabela 7 do ANEXO A).

A tabela 2 mostra que programas sociais clássicos como Educação e Saúde são basicamente constituídos por despesas de consumo. Isto porque tais programas utilizam basicamente recursos humanos na produção de serviços próprios e compram mercadorias ou serviços do setor privado para a execução de suas atividades.

Já as atividades de habitação e urbanismo, por exemplo, apesar de terem alta parcela de despesas de custeio (47,8%) tem a maioria de seus recursos voltados para a formação bruta de capital fixo, representada pela construção de habitações e equipamentos ou melhoramentos urbanos.

Os programas de saneamento e meio-ambiente tem nas inversões financeiras seu principal item de despesa, o que se deve ao fato de que tais programas funcionam na base de empréstimos federais, nos quais a rentabilidade das aplicações tem sido uma das principais formas de viabilidade dos programas. Isto constitui uma disfunção dos objetivos básicos desses programas, embora seja uma característica iminente dos mecanismos de financiamento do setor.

Por fim, programas na área de "Trabalho, Assistência e Previdência Social" tem nas transferências à título de aposentadorias e pensões seu principal componente de gasto, apesar do alto percentual representado pelas despesas de custeio.

De qualquer forma, mesmo os chamados programas sociais de "puro gasto", como saúde e educação, necessitam recentemente de novas inversões, especialmente na construção de unidades e requipamento das redes existentes. Isto certamente irá trazer maiores comprometimentos dos gastos com formação bruta de capital fixo, caso não ocorram aumentos inesperados da demanda por serviços ou escassez de recursos em função das perspectivas trazidas pela crise econômica que se inicia em abril de 1987.

4 - O GASTO SETORIAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS AO NÍVEL REGIONAL EM 1984

A análise setorial dos programas sociais implementados nos Estados e Municípios pode revelar as prioridades que vem sendo conferidas a determinados sub-programas no bojo das políticas sociais.

O Programa de maior volume de gastos, dentre os programas sociais - o de Educação - tem nos Municípios o maior volume de despesas. No entanto, o sub-programa "Ensino de primeiro grau"

absorve cerca de 76,6% dos recursos totais desembolsadas no programa. Os gastos com administração não são tão elevados (8,3%). Os outros dois sub-programas de maior nível de desembolso são "asistência aos educandos" e "ensino superior". (tabela 1 do ANExo C).

O Programa "Cultura e Desportos", tem nas atividades culturais quase 80% de seus recursos. Os gastos em administração são também baixos, situando-se na ordem de 6,4% (tabela 2 do ANEXO C).

O Programa "Habitação e Urbanismo" já apresenta gastos em administração bastante elevados (36,6%). Mesmo assim, a maioria dos recursos tem sido destinadas ao sub-programa "vias urbanas". A maioria dos gastos regionais em habitação é feita por empresas estaduais (COHAB's) as quais não aparecem nesse consolidado que se destina a análise da administração direta e indireta. Isto justifica o baixo percentual de gastos em habitação (1,5%) no total do programa.

Os gastos com saúde regionais tem no sub-programa de assistência sanitária geral (37,5%) o maior comprometimento de seus recursos, o que se justifica pelo fato da assistência médica estar praticamente concentrada nas mãos do poder federal (INAMPS). Mesmo assim, os gastos com assistência-hospitalar chegam a 36,6% do total do programa. É de se admirar, também, a alta proporção dos recursos comprometida com a administração (21,7%).

No programa "saneamento e Meio-Ambiente" destaca-se o baixo valor dos recursos relativos no programa. Isto ocorre em função da maioria dos gastos regionais com a função saneamento estarem ligados às companhias de água e esgotos, as quais, por serem empresas, não constam deste levantamento. Mesmo assim, 62,6%

dos gastos do programa estão comprometidos com a função "saneamento básico" e 25,3% com "proteção ao meio-ambiente". Vale destacar que os gastos em administração neste programa são muito baixos (2,2%).

Por fim, dos gastos estaduais e municipais com "Trabalho, Previdência e Assistência Social", destaca-se que a quase totalidade dos recursos encontra-se comprometida com o programa "Previdência Social" (90,3%) constituído pelo pagamento de benefícios aposentadorias e pensões aos funcionários públicos dos Estados e Municípios.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar deste trabalho trazer informações inéditas para o conhecimento dos gastos com políticas sociais no Brasil, ao nível regional, é importante destacar o caráter precário dos dados existentes sobre o assunto.

Problemas de classificação das despesas existentes nos dados do IBGE impedem uma análise mais cuidadosa, seja no que se refere a programas/funções, seja no que é relativo a classificação econômica da despesa.

Por outro lado, não existe possibilidade de uma análise mais efetiva das transferências federais aos Estados e Municípios, no que diz respeito ao seu rateio ou vinculação com programas sociais, o que faz com que a dupla contagem existente entre o gasto federal e o gasto destas duas esferas não seja tão fácil de resolver. Por fim, mas não em menor importância, é de grande relevância tentar compatibilizar os dados do Departamento de Contas Nacionais do IBGE com os existentes na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério da Fazenda.

Dadas estas constatações, sugere-se que sejam garantidos maiores recursos para financiar linhas de pesquisa que permitam o acesso desagregado às fitas do IBGE e da SOF/MF e possam, efetivamente efetivamente construir uma série estatística compatibilizada dos gastos Federais, Estaduais e Municipais com políticas sociais.

Isto não só permitiria a criação de uma excelente base analítica do gasto público em políticas sociais como iria subsidiar a criação de uma Conta Consolidada no Setor Social Público e, eventualmente, a criação de Orçamentos Sociais Integrados em diversos níveis da administração pública.

ANEXO A

GASTOS CONSOLIDADOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

TABELA 1

GASTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS DOS GOVERNOS
ESTADUAIS SEGUNDO OS PROGRAMAS SOCIAIS

BRASIL

1979 - 1984

(EM CRS, BILHÕES DE 1984 (*))

PROGRAMAS SOCIAIS	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS(*)		TERRENHOS, ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
...Total.Programas Sociais	1435,9	13787,9	1.063,2	844,3	8.456,8	8.933,3	3.702,4	3.241,6	1.133,5	768,7
1. Educação	6.093,4	4.819,7	484,9	272,0	5.495,4	4.508,0	107,4	34,0	5,7	5,7
2. Cultura e Desp.	296,7	218,6	71,5	35,8	208,4	175,4	16,8	7,2	0,0	0,4
3. Habit. e Urban.	626,7	449,2	201,3	202,7	212,3	159,9	111,2	38,9	101,9	47,7 ²⁵
4. Saúde	1.846,4	1.673,9	140,5	125,4	1.595,5	1.517,8	70,0	30,4	40,4	0,3
5. Saneamento e meio ambiente	988,5	613,8	99,8	126,6	85,0	50,8	189,4	52,2	611,6	384,2
6. Trabalho, assist. e previd.	4.461,6	5.733,0	56,5	73,5	860,0	2.521,4	3.171,0	2.998,6	373,9	133,5
7. Transportes urbanos	45,6	279,5	9,0	2,3	-	-	36,6	80,3	-	196,9
Gasto total	30.589,5	27.982,7	3.754,4	3.041,8	16.660,8	14.818,3	7.446,5	7.773,7	2.696,7	2.338,9
Gastos em programas sociais como porcentagem do gasto total (A/B)	47,0	49,3	28,3	27,8	50,7	60,3	40,7	41,7	42,0	32,7

nte: IGP/PEASP- (1984- Dados Preliminares).

(*) Deflator- IGP/DI

(*) Foram excluídas as transferências intra-governamentais e intergovernamentais tendo em vista evitar duplicação dos recursos repassados à outras esferas de governo

TABELA 2
GASTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS DOS GOVERNOS
ESTADUAIS SEGUNDO OS PROGRAMAS SOCIAIS

BRASIL
1979 - 1984

US\$ MILHÕES DE 1984

PROGRAMAS SOCIAIS	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
(1) Total dos programas sociais	7779,4	7471,7	576,1	457,5	4582,7	4841,0	2006,3	1756,6	614,2	416,6
(2) Educação	3302,0	2611,8	262,8	147,4	2978,0	2442,9	58,2	18,4	3,1	3,1
(3) Cultura e desportos	160,8	118,6	38,7	19,4	112,9	95,0	9,1	3,9	0,0	0,2
(4) Habitação e urbanismo	339,6	243,4	109,1	109,8	115,0	86,6	60,2	21,1	55,2	25,8
(5) Saúde	1000,6	907,1	76,1	68,0	864,6	822,5	37,9	16,5	21,9	0,2
(6) Saneamento e proteção ao Meio-Ambiente	534,0	332,6	53,9	68,6	46,1	27,5	102,6	28,3	331,4	208,2
(7) Trabalho, Assistência e Previdência	2417,7	3106,7	30,6	43,1	466,1	1366,3	1718,4	1624,9	202,6	72,3
(8) Transportes Urbanos	24,7	151,5	4,9	1,2	-	-	19,8	43,5	-	106,7
(9) GASTO TOTAL DOS ESTADOS	16559,6	15163,8	2034,5	1648,4	9028,5	8030,0	4035,3	4212,6	1461,3	1272,9
(10) GASTOS SOCIAIS COMO PORCENTAGEM DOS GASTOS TOTAIS DOS ESTADOS	47,0	49,3	28,3	27,8	50,7	60,3	49,7	41,7	42,0	32,7
(1) / (9) = (%)										

FONTE: IBGE/Departamento de Acompanhamento do Setor Público (1984 - Dados Preliminares) DEFLATOR - IGP - DI

TABELA 3
CRESCIMENTO DOS GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS
POR PROGRAMA SOCIAL
BRASIL 1979/1984

PROGRAMAS SOCIAIS	TAXA DEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)				
	TOTAL	FURM.B. DE C. FIXO	CONSUMO	TRANSF.	TER.E ATIV.
TOTAL	- 0,80	- 4,51	1,10	- 2,62	- 7,47
- EDUCAÇÃO	- 4,58	- 10,92	3,88	- 20,55	0,0
- CULTURA E DESPORTOS	- 5,91	- 12,92	- 3,39	- 15,59	-
- HABITAÇÃO E URBANISMO	- 6,44	0,14	- 5,51	- 18,95	- 15,97
- SAÚDE	- 1,94	- 2,25	- 0,99	- 15,36	-
- SANEAMENTO E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	- 9,04	4,94	- 9,78	- 22,72	- 8,88
- TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	5,14	7,07	24,00	- 1,11	- 18,61
- TRANSPORTES URBANO	43,71	- 23,88	-	17,02	-

FONTE: IBGE/DEASP

TABELA 4
GASTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS (ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA
E DESCENTRALIZADA) SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS - MUNICIPIOS
BRASIL - 1984
(EM Cc\$ BILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	GASTOS SOCIAIS POR TIPO OU FUNÇÃO									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS ATIVOS FINANCEIROS	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
(1) Total dos Programas Sociais	14757,7	100,0	3521,2	100,0	8675,9	100,0	2405,5	100,0	135,1	100,0
(2) Educação	4309,5	29,32	170,3	4,84	4116,8	47,45	21,9	1,60	0,5	0,37
(3) Cultura e Desportos	376,2	2,55	45,2	1,28	290,9	3,35	37,9	1,56	2,2	1,63
(4) Habitação e Urbanismo	6205,0	42,05	3074,4	87,31	3023,5	34,85	47,2	1,97	59,9	44,34
(5) Saúde	910,2	6,17	27,5	0,78	878,7	10,13	3,0	0,17	1,0	0,74
(6) Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente	63,5	0,43	43,2	1,23	18,4	0,21	1,9	0,08	0,0	-
(7) Trabalho, Assist. e Prev.	2561,5	17,36	157,3	4,47	198,3	2,29	2181,8	90,00	24,1	17,84
(8) Transp. Urbanos	311,8	2,12	3,3	0,09	149,3	1,72	111,8	4,62	47,4	35,08
(9) GASTO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	24195,5	-	4105,4	-	15960,0	-	3933,6	-	197,5	-
(10) GASTO NOS PROGRAMAS SOCIAIS COMO PORCENTAGEM DOS GASTOS	60,9	-	85,8	-	54,4	-	61,2	-	68,8	-

FONTE: IBGE/DEASP (1984) Dados Preliminares. Deflator: IGP/DI. OBS: Só Capitais Estaduais, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

29
TABELA 5
GASTOS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS
POR TIPO DE FUNÇÃO OU PROGRAMA - 1984
BRASIL

PROGRAMAS SOCIAIS	TIPO OU FUNÇÃO				
	TOTAL	FORM. BRUT. DE CAP. FIXO	CONSUMO	TRANSFER. RENCIAS	TERRENOS E ATIV. FINAN.
TOTAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS	100,00	23,86	58,79	16,43	0,92
- Educação	100,00	3,94	95,15	0,90	0,01
- Cultura e Desportos	100,00	12,01	77,33	10,07	99,41
- Habit. e Urbanismo	100,00	49,54	48,72	0,77	0,93
- Saúde	100,00	3,02	96,43	0,44	0,11
- Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente	100,00	68,03	28,98	2,99	-
- Trabalho, Assist. e Prev.	100,00	6,14	7,74	85,18	0,94
- Transp. Urbanos	100,00	1,06	47,88	35,86	15,20

FONTE: IBGE/DEASP

TABELA 6
GASTOS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS
BRASIL - 1984
(EM US\$ MILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	GASTO POR TIPO OU FUNÇÃO				
	TOTAL	FORM. BRUT. DE CAP. FIXO	CONSUMO	TRANSFER. RENCIAS	TERRENOS E ATIV. FINAN.
TOTAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS	7986,3	1908,1	4701,5	1303,5	73,2
- Educação	2335,3	92,3	2230,9	11,9	0,3
- Cultura e Desportos	203,9	24,5	157,6	20,5	1,2
- Habit. e Urbanismo	3362,5	1666,0	1638,4	25,6	32,5
- Saúde	493,2	14,9	476,2	1,6	0,5
- Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente	34,4	23,4	10,0	1,0	0,0
- Trabalho, Assist. e Prev.	1388,1	85,2	107,4	1182,3	13,1
- Transp. Urbanos	169,0	1,8	80,9	60,6	25,7
GASTO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	13111,5	2224,7	8648,7	2131,6	106,5

FONTE: IBGE/DEASP

TABELA 7

GASTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS DOS
ESTADOS E MUNICÍPIOS DO BRASIL⁽¹⁾

1984

US\$ MILHÕES DE 1984

PROGRAMAS SOCIAIS	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA				
	TOTAL	FORM.BRUTA DE CAP.FIXO	CONSUMO	TRANSF. (2)	TERRENOS E ATIVOS FIN.
TOTAL DOS PROG. SOCIAIS	15458,0	2365,6	9542,5	3141,0	408,9
- Educação	4947,1	239,7	4673,8	30,3	3,3
- Cultura e Desportos	322,5	43,9	252,6	24,4	1,6
- Habitação e Urbanismo	3605,9	1775,8	1725,0	46,7	58,4
- Saúde	1400,3	91,0	1298,7	18,1	7,5
- San. e Prot. ao Meio-Ambiente	367,0	77,3	37,5	29,3	222,9
- Trabalho, Prev. e Assut.	4494,8	115,8	1473,7	2807,2	98,1
- Transportes Urbanos	320,5	6,7	80,9	104,1	128,8
GASTO TOTAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	28275,3	3873,1	16689,4	10344,0	1379,4

FONTE: IBGE/DEASP.

(1) Somente Municípios das Capitais Estaduais e das Regiões Metropolitanas.

(2) Exclui as transferências inter governamentais e intra-governamentais.

TABELA 8

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS NA
COMPOSIÇÃO DO GASTO SOCIAL REGIONAL POR
PROGRAMA SOCIAL BRASIL - 1984

PROGRAMAS SOCIAIS	UNIDADES REGIONAIS		
	TOTAL	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TOTAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS	100,00	48,34	51,66
- Educação	100,00	52,80	47,20
- Cultura e Desportos	100,00	36,78	63,22
- Habitação e Urbanismo	100,00	6,75	93,25
- Saúde	100,00	64,78	35,22
- Saneamento e Proteção ao Meio-Ambiente	100,00	90,63	9,37
- Trabalho, Assistência e Previdência	100,00	69,12	30,88
- Transportes Urbanos	100,00	47,27	52,73

FONTE: IBGE/DEASP

(*) Somente Municípios das Capitais Estaduais, das Regiões Metropolitanas.

TABELA 9

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS NA
COMPOSIÇÃO DO GASTO SOCIAL REGIONAL AGREGADO
POR TIPO DE CUSTO OU FUNÇÃO BRASIL - 1984

TIPO DE CUSTO	UNIDADES REGIONAIS		
	TOTAL	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TOTAL PROGRAMAS SOCIAIS	100,00	48,34	51,66
- Formação Bruta de Capital Fixo	100,00	19,34	80,66
- Consumo	100,00	50,63	49,27
- Transferências	100,00	58,50	41,50
- Ter. e Ativos Financ.	100,00	82,10	17,90

FONTE: IBGE/DEASP

TABELA 10

ESTIMATIVA DOS GASTOS SOCIAIS AO NÍVEL REGIONAL
BRASIL 1984 - 1986

DISCRIMINAÇÃO	US\$ MILHÕES DE 1984		
	1984	1985	1986
1. Gastos estaduais consolidados com programas sociais	7.471,7	8.088,2	8.538,0
2. Gastos municipais consolidados com programas sociais 1	7.986,3	8.645,3	9.126,1
3. Estimativa dos gastos sociais dos demais municípios 2	9.005,8	9.748,9	10.291,1
4. Sub-total (1 + 2 + 3)	24.463,8	26.482,4	27.955,2
5. Produto interno bruto	208.071,8	225.241,4	237.776,8
6. (4) : (5) =	11,7 %	11,7 %	11,7 %

1. Somente os gastos dos Municípios das Capitais Estaduais e Regiões Metropolitanas

2. Segundo técnicos do DEASP/IBGE, os outros municípios respondem por 53% do gasto total destas esferas administrativas. Considerando-se que o gasto social municipal seja dado na mesma proporção, chega-se a US\$9.005,8 milhões.

3. Todos os valores foram expandidos pela taxa de crescimento do PIB no ano. Mantem-se a hipótese que o comportamento dos gastos sociais se expande na mesma magnitude do PIB nos anos de 1985 e 1986.

ANEXO ESTATÍSTICO B

ESTADOS E MUNICÍPIOS ADMINISTRAÇÃO
CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA

TABELA 1

**GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA
SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS - BRASIL 1979-1984**

(EM CRS BILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	NATUREZA DOS GASTOS E ANOS DE REFERÊNCIA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
(1) Total dos programas sociais	9.331,1	9.501,2	502,7	472,3	6.053,1	4.700,4	2.594,2	3.909,0	181,0	419,5
(2) Educação	6.086,7	4.908,9	268,1	197,2	4.645,4	3.819,0	1.173,1	892,7	-	-
(3) Cultura e Desportos	254,7	181,6	26,8	16,8	80,4	57,4	147,5	10,70	-	0,4
(4) Habitação e urbanismo	368,7	369,9	107,3	103,1	80,4	49,3	80,4	170,4	100,5	47,1
(5) Saúde	1.702,7	1.320,1	53,6	77,6	831,2	689,4	777,6	553,1	40,2	-
(6) Saneamento e proteção ao meio-ambiente	100,6	456,1	20,1	71,5	33,5	6,4	71,5	203,9	13,4	174,3
(7) Trabalho, assist. e previdência	817,6	1.986,9	26,8	5,6	382,1	78,9	382,1	1.901,6	26,9	0,8
(8) Transportes urbanos	-	277,7	-	0,5	-	-	-	80,3	-	196,9
(9) Gasto total dos estados na adm. descentralizada	27.101,7	24.968,3	905,0	943,2	12.950,9	9.395,3	11.818,0	12.985,0	1.427,8	1.644,8
(10) Gastos sociais como percentagem do gasto total na adm. (9)/(1)/(9)=%	34,43	38,05	55,56	50,01	46,74	50,03	21,95	30,10	12,68	25,50

Fonte: IBGE/Dept. de Acompanhamento do Setor Público: Deflator utilizado: IGP/DI (1984- dados preliminares).

TABELA 1.A

**GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA
SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS- BRASIL 1979-1984**

(EM US\$ MILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	NATUREZA DOS GASTOS E ANOS DE REFERÊNCIA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
(1) Total dos programas sociais	5.056,5	5.148,7	272,4	255,9	3.280,2	2.547,1	1.405,8	2.118,3	98,1	227,3
(2) Educação	3.298,4	2.660,1	145,3	106,9	2.517,3	2.069,5	635,7	483,8	-	-
(3) Cultura e desportos	138,0	98,4	14,5	9,1	43,6	31,1	79,9	58,0	-	0,2
(4) Habitação e urbanismo	199,8	200,4	58,1	55,9	43,6	26,7	43,6	92,3	54,5	25,5
(5) Saúde	922,7	715,4	29,0	42,1	450,4	373,6	421,4	299,7	21,8	-
(6) Saneamento e proteção ao meio ambiente	54,5	247,2	10,9	38,7	18,1	3,5	38,7	110,5	7,3	94,5
(7) Trabalho, assist. e previdência	443,1	1.076,7	14,5	3,0	207,1	42,8	207,1	1.030,5	14,6	0,4
(8) Transportes urbanos	-	150,5	-	0,3	-	-	-	43,5	-	106,7
(9) Gasto total dos estados na adm. centralizada	14.686,4	13.530,3	490,4	511,1	6.823,0	5.091,3	6.404,2	7.036,6	773,7	891,3
(10) Gasto social como percentagem do gasto total na Adm. descent. (1)/(9)=%	34,43	38,05	55,56	50,01	46,74	50,03	21,95	30,10	12,68	25,50

Fonte: IBGE/Dept. de Acompanhamento do Setor Público: Deflator Utilizado: IGP/DI- Taxa de conversão-US\$/CR\$

TABELA 2
GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS NA ADMINISTRAÇÃO
DESCENTRALIZADA SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS
BRASIL 1979-1984

(EM C2\$ MILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	NATUREZA DO GASTO E ANOS DE REFERÊNCIA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
(1) Total dos programas sociais	5.682,1	6.547,3	560,5	372,0	2.403,8	4.260,1	1.765,3	1.565,3	952,5	349,9
(2) Educação	1.107,5	809,5	216,8	74,8	850,0	716,2	35,0	12,8	5,7	5,7
(3) Cultura e desportos	178,5	142,8	44,7	19,0	128,0	118,0	5,8	5,8	0,0	0,0
(4) Habitação e urbanismo	264,1	252,5	94,0	99,6	131,9	110,6	36,8	41,7	1,4	0,6
(5) Saúde	880,0	890,9	86,9	47,7	764,3	828,4	28,6	14,5	0,2	0,3
(6) Saneamento e proteção ao meio ambiente	731,7	310,9	79,4	55,2	51,5	44,4	2,6	1,4	598,2	209,9
(7) Trabalho, Assistência e Previd.	2.511,3	4.138,9	29,7	73,9	478,1	2.442,5	1.656,5	1.489,1	347,0	133,4
(8) Transportes urbanos	9,0	1,8	9,0	1,8	-	-	-	0,0	-	-
(9) Gasto total dos estados na Adm. descentralizada	10.144,2	10.395,6	2.849,4	2.098,6	3.709,9	5.443,0	2.307,0	2.169,9	1.268,9	704,1
(10) Gastos sociais como % do gasto total da adm. descentralizada. (1)/(9)										

Fonte: IBGE/Departamento de Acompanhamento do Setor Público (1984- dados preliminares)- Deflator: IGP/DI

TABELA 2-A
GASTOS SOCIAIS DOS ESTADOS NA ADMINISTRAÇÃO
DESCENTRALIZADA SEGUNDO OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS
BRASIL 1979-1984

(EM US\$ MILHÕES DE 1984)

PROGRAMAS SOCIAIS	NATUREZA DO GASTO E ANOS DE REFERÊNCIA									
	TOTAL		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO		CONSUMO		TRANSFERÊNCIAS		TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984	1979	1984
(1) Total dos Programas sociais	3.079,1	3.548,0	303,7	201,6	1.302,6	2.308,5	956,6	848,2	516,1	189,6
(2) Educação	660,1	438,7	117,5	40,5	460,6	388,1	19,0	6,9	3,1	3,1
(3) Cultura e Desportos	96,7	77,4	24,2	10,3	69,4	63,9	3,1	3,1	0,0	0,0
(4) Habitação e urbanismo	143,1	136,8	50,9	54,0	71,5	59,9	19,9	22,6	0,8	0,3
(5) Saúde	476,9	482,8	47,1	25,8	414,2	448,9	15,5	7,9	0,1	0,2
(6) Saneamento e proteção do meio ambiente	396,5	168,5	43,0	29,9	27,9	24,1	1,4	0,8	324,2	113,7
(7) Trabalho, assistência e prev.	1.360,9	2.242,9	16,1	40,0	259,1	1.323,6	897,7	806,9	188,0	72,3
(8) Transportes urbanos	4,9	1,0	4,9	1,0	-	-	-	0,0	-	-
(9) Gasto total dos estados na Adm. descentralizada	5.497,1	5.633,4	1.544,1	1.137,2	2.010,4	2.949,6	1.250,2	1.175,9	687,6	381,6
(10) Gastos sociais como percentagem do gasto total da Adm. descentralizada (1)/(9)	56,0	63,0	19,7	17,7	64,8	78,3	76,5	72,1	75,1	49,7

Fonte: IBGE/Departamento de Acompanhamento do Setor Público (1984- dados preliminares).

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS SOCIAIS
DOS ESTADOS POR TIPO DE PROGRAMA SOCIAL
BRASIL 1979-1984

PROGRAMAS SOCIAIS	TIPO DE INSTITUIÇÃO E ANOS DE REFERÊNCIA					
	TOTAL		ADM. CENTRALIZADA		ADM. DESCENTRALIZADA	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
- EDUCAÇÃO	47,92	35,63	65,23	51,67	19,49	12,36
- CULTURA E DESP.	2,89	2,02	2,73	1,91	3,14	2,18
- HABIT. E URBAN.	17,20	13,78	18,25	13,89	15,49	13,61
- SANEAMENTO E PROT. AO MEIO AMBIENTE	5,54	4,78	1,08	4,80	12,88	4,75
- TRABALHO, ASSIST. E PREVIDÊNCIA	22,18	38,17	8,76	20,92	44,35	63,24
- TRANSPORTES URBANOS	0,06	1,74	—	2,92	0,00	0,00

FONTE: IBGE / DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR PÚBLICO (1984 - DADOS PRELIMINARES)

TABELA 3.1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS SOCIAIS
DOS ESTADOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO
OS DISTINTOS PROGRAMAS SOCIAIS.
BRASIL 1979-1984

PROGRAMAS SOCIAIS	TIPO DE INSTITUIÇÃO E ANOS DE REFERÊNCIA					
	TOTAL		ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA		ADMINISTRAÇÃO DESCENTRAL.	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984
TOTAL	100,00	100,00	62,15	59,20	37,85	40,80
- EDUCAÇÃO	100,00	100,00	84,61	85,84	15,39	14,16
- CULTURA E DESP.	100,00	100,00	58,79	55,98	41,21	44,02
- HABITAÇÃO E URBAN.	100,00	100,00	58,26	59,43	41,74	40,57
- SAÚDE	100,00	100,00	65,93	59,70	34,07	40,30
- SANEAMENTO E PROT. AO MEIO AMBIENTE	100,00	100,00	12,09	59,46	87,91	40,54
- TRABALHO, ASSIST. E PREVIDÊNCIA	100,00	100,00	24,56	32,43	75,44	67,57
- TRANSPORTES URBANOS	100,00	100,00	—	99,36	100,00	0,64

FONTE: IBGE/ DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR PÚBLICO (1984-DADOS PRELIMINARES) DEFLATOR: IGP/DI

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS SOCIAIS
DOS ESTADOS POR TIPO DE COMPONENTE DO GASTO
BRASIL 1979-1984

TIPO DE COMPONENTE DO GASTO	TIPO DE INSTITUIÇÃO E ANOS DE REFERÊNCIA					
	TOTAL		ADM. CENTRALIZADA		ADM. DESCENTRALIZADA	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
- CONSUMO	56,33	55,83	64,87	49,47	42,30	65,07
- FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	7,08	5,26	5,39	4,97	9,86	5,68
- TRANSFERÊNCIAS	29,04	34,11	27,80	41,42	31,07	23,91
- TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	7,55	4,80	1,94	4,14	16,77	5,34

FONTE: IBGE/DEPARTAMENTO DO SETOR PÚBLICO: DEFLATOR UTILIZADO: IGP/DI (1984-DADOS PRELIMINARES)

TABELA 4.1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS SOCIAIS DOS
ESTADOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO O TIPO
DE COMPONENTE DO GASTO. BRASIL 1979-1984

TIPO DE COMPONENTE DO GASTO	TIPO DE INSTITUIÇÃO E ANOS DE REFERÊNCIA					
	TOTAL		ADM. CENTRALIZADA		ADM. DESCENTRALIZADA	
	1979	1984	1979	1984	1979	1984
TOTAL	100,00	100,00	62,15	59,20	37,85	40,80
CONSUMO	100,00	100,00	71,58	52,46	28,42	47,54
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	100,00	100,00	47,28	55,94	52,72	44,06
TRANSFERÊNCIAS	100,00	100,00	59,51	71,41	40,49	28,59
TERRENOS E ATIVOS FINANCEIROS	100,00	100,00	15,97	54,52	84,03	45,48

FONTE: IBGE/DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR PÚBLICO: DEFLATOR UTILIZADO IGP/DI (1984 - DADOS PRELIMINARES)

TABELA 5
 PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS
 DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA NOS GASTOS
 SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS
 BRASIL - 1984

PROGRAMAS SOCIAIS	PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA NOS GASTOS TOTAIS DOS MUNICÍPIOS
Total dos Prog.Sociais	1,78
- Educação	0,60
- Cultura e DESP	2,68
- Habit e Urbanismo	1,37
- Saúde	5,86
- Saneamento e Prot. ao Meio-Ambiente	3,15
- Trab, Assist e Prev.	3,37
- transp. Urbano	0,03
GASTO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	1,99%

FONTE: IBGE/DEASP

ANEXO C

GASTOS SETORIAIS COM PROGRAMAS
 SOCIAIS DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	GASTOS (1)			
	MUNICÍPIOS (2)	ESTADOS	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	2.344,5	2.642,7	4.987,2	100,0
- ADMINISTRAÇÃO	115,7	299,5	415,2	8,3
- ENSINO - 1º GRAU	2.024,3	1.795,4	3.819,7	76,6
- ENSINO - 2º GRAU	3,1	198,4	201,5	4,0
- ENSINO - SUPLETIVO	3,2	16,5	19,7	0,6
- ENSINO - SUPERIOR	3,3	269,4	272,7	5,5
- ASSIT. AOS EDUCANDOS	194,4	58,5	252,9	5,0
- ENSINO ESPECIAL	0,5	6,1	6,6	0,1
- FORM.REC.HUM. P/PESQ.(P.GRAD.)	—	—	—	—
- FORM.REC.HUM. P/PESQ.(GRAD.E MED.)	—	—	—	—

FONTE: IBGE/DEASP

OBS.: (1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS

(2) SÓ MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÕES METROPOLITANAS

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE CULTURA E
DESPORTOS

BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE CULTURA E DESPORTOS	GASTOS (1)			
	MUNICÍPIOS (2)	ESTADOS	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	203,9	122,4	326,3	100,0
ADMINISTRAÇÃO	6,8	14,2	21,0	6,4
CULTURA	181,0	76,0	257,0	78,8
RECREAÇÃO E DESPORTOS	16,1	32,2	48,3	14,8

FONTE: IBGE/DEASP

(1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

(2) MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÃO METROPOLITANA

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE HABITAÇÃO
E URBANISMO

BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE HABITAÇÃO E URBANISMO	GASTOS (1)			
	MUNICÍPIOS (2)	ESTADOS	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	3.362,8	261,0	3.623,8	100,0
ADMINISTRAÇÃO	1.201,0	121,4	1.322,4	36,5
HABITAÇÃO	6,0	46,6	52,6	1,5
URBANIZAÇÃO	503,6	56,0	559,6	15,4
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	235,7	5,0	240,7	6,6
VIAS URBANAS	1.416,6	32,0	1.448,6	40,0

FONTE: IBGE/DEASP

(1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS

(2) MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÕES METROPOLITANAS

46

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE SAÚDE

BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE SAÚDE	GASTOS (1)			
	ESTADOS (2)	MUNICÍPIOS (2)	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	915,1	493,8	1.408,9	100,0
- ADMINISTRAÇÃO	246,4	59,0	305,4	21,7
- ASSISTÊNCIA SANITÁRIA GERAL	202,0	326,3	528,3	37,5
- ASSISTÊNCIA HOSPITALAR GERAL	409,1	106,0	515,1	36,6
- NUTRIÇÃO ALIMENTAÇÃO	17,7	2,5	20,2	1,4
- ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA BIOLÓGICA E SAÚDE	39,9	—	39,9	2,8

FONTE: IBGE/DEASP

(1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS

(2) MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÃO METROPOLITANA

47

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE SANEAMENTO
E MEIO AMBIENTE

BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	GASTOS (1)			
	MUNICÍPIOS (2)	ESTADOS	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	34,4	336,1	370,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO	0,3	7,7	8,0	2,2
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	6,8	87,0	93,8	25,3
SANEAMENTO BÁSICO	6,2	225,9	232,1	62,6
SANEAMENTO GERAL	21,1	15,4	36,5	9,9

FONTE: IBGE/DEASP

(1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS

(2) MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÕES METROPOLITANAS

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
CONSOLIDADOS COM OS SUB-PROGRAMAS DE TRABALHO,
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

BRASIL 1984
(US\$ MILHÕES)

SUB-PROGRAMAS DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	GASTOS (1)			
	MUNICÍPIOS (1)	ESTADUAIS	TOTAL	
			ABS	%
TOTAL	1.388,1	3.110,6	4.498,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO	96,3	24,7	121,0	2,7
ASSISTÊNCIA SOCIAL	79,1	180,8	259,9	5,8
TRABALHO	3,1	22,6	53,6	1,2
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.209,6	2.882,5	4.092,1	90,3
ASSISTÊNCIA AOS SILVÍCOLAS	—	—	—	—

FONTE: IBGE/DEASP

(1) INCLUI TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS

(2) MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS ESTADUAIS E REGIÕES METROPOLITANAS

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1987

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
107. PROCHNIK, Victor. <u>O macrocomplexo da construção civil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 107)	143
108. TAVARES, Ricardo A.W., <u>Aritmética política ou natural? (Demografia: Fuga em quatro movimentos).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 108)	26
109. TAULE, José Ricardo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Melo de. <u>Difusão de automação no Brasil e os efeitos sobre o emprego. Uma resenha da literatura nacional.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 109)	47
110. SILVEIRA, Caio César L. Prates de. <u>Plano Cruzado : A dramática reversão de expectativas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 110)	30
111. TAULE, José Ricardo. <u>Automação e Competitividade: uma avaliação das tendências no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 111)	150
112. ALMEIDA, Júlio Gomes de e ORTEGA, José Antonio. <u>Financiamento e desempenho financeiro das empresas industriais no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 112)	119
113. PROCHNIK, Victor. <u>Estrutura e dinâmica dos complexos industriais na economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 113)	51
114. FONSECA, Manuel Alcino da. <u>Uma análise das relações estruturais da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 114)	25
115. JAGUARIBE, Anna Maria. <u>A política tecnológica e sua articulação com a política econômica. Elementos para uma análise da ação do estado.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 115)	76
116. SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. <u>Referencial teórico para a análise da política social.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 116)	28
117. FIORI, Jorge e RAMÍREZ, Ronaldo. <u>Notes for a comparative research on self-help housing policies in Latin America.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 117)	28
118. BENETTI, Carlo. <u>Valor, excedente e moeda.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 118)	19



Nº de
páginas

119. MOREIRA, Maurício Mesquita. Progresso Técnico e Estrutura de mercado: a indústria internacional de telecomunicações. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 119)
120. LOPES, Fernando Reis; SERRANO, Franklin Leon Peres. Marx e a Mercadoria Força de Trabalho. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 120)
121. FIGUEIREDO, José B.; TAVARES, Ricardo. O Componente Demográfico no Desenho das Políticas de Desenvolvimento Urbano. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 121)
122. CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. Régime d'accumulation et rapport salarial au Brésil - un processus de fordisation forcée et contrariée. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 122)
123. PROCHNIK, Victor. A Contribuição da Universidade para o Desenvolvimento da Informática no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 123)
124. FABRIANI, Carmen Beatriz; PEREIRA, Vera Maria C. - Tendências e Divergências Sobre o Modelo de Intervenção Pública no Saneamento Básico. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 124)
125. TOLOSA, Hamilton C. Condicionantes Econômicas e Opções da Política Urbana no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 125)
126. SAIM, Cláudio; SILVA, Luiz Carlos Eichenberg. Industrialização e Integração do Mercado de Trabalho Brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 126)
127. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes on probability and uncertainty. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 127)
128. LEITE, Antonio Dias. Plano Cruzado - Esperança e Decepção. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 128)
129. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. O Caminho da Revolução: O Treatise on Money na Revolução Keynesiana. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 129)
130. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes on the Instability of Capitalism and the Theory of Business Cycles. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 130)
131. FIORI, José Luís; JAGUARIBE, Anna Maria. Repensando o Papel do Estado no Desenvolvimento Brasileiro: uma Agenda de Estudos. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 131)

81

34

35

52

39

45

34

51

29

144

24

39

53

Nº de
páginas

132. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Os Impactos Sociais da Crise Econômica, Políticas Sociais e Transição Democrática. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 132).

78

133. VIANNA, Cid Manso de Mello. Política de Medicamentos versus Política de Produção de Fármacos. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 133).

17

134. MEDICI, André Cezar. O Custeio da Política Social ao Nível Regional: Subsídios Para uma Estratégia de Descentralização. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 134)

51